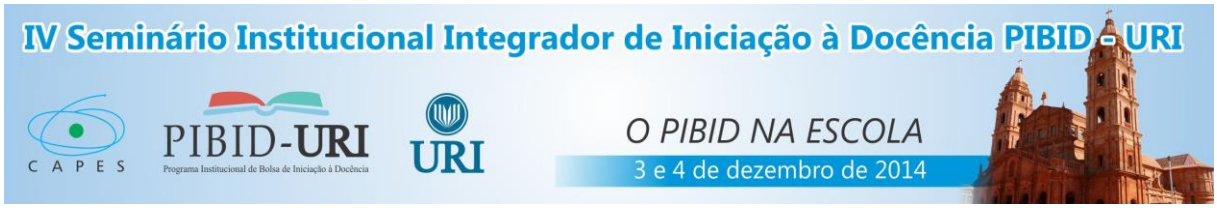

ACESSIBILDADE PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

Aline Felippi
(aline_felippi@hotmail.com),
Marilia Freo
(mariliafreo@hotmail.com),
Vera L. R. de Moraes
(Moraes@uir.edu.br),
Daniél Eugênio Techio
(affdaniel@hotmail.com)
PIBID – Educação Física
URI – Câmpus de Frederico Westphalen

RESUMO

A acessibilidade diz respeito a diferentes dimensões, como a comunicacional e atitudinal. Entre estas, a física é associada a questão arquitetônica. Esta dimensão deve estar presente em todos os ambientes, no meio físico tanto na cidade quanto no campo, no transporte, bem como em outros serviços ou ambientes abertos à sociedade ou de uso público. Com base no que diz Godinho (2010), entendemos que a acessibilidade incide na facilidade de acesso de lugares, produtos e serviços por pessoas com deficiência física ou não, independente de cor, raça ou religião.

Em hipótese alguma se priva pessoas com deficiência de experiências da realidade, estas experiências servem para aumentar a disposição e propiciar a inclusão (FONSECA, 1995). A acessibilidade é firmada pela Presidência da Republica como um direito de todos, assim diz a Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que constitui leis gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade.

Então sendo um direito de todos os acessos devem ser fácil e seguro para utilizar os ambientes mobiliários público ou privado, nos transportes, edificações, meios de

comunicação. Estes não devem apresentar obstáculos que impeçam o seu acesso ou tampouco nos transportes ou nos meio de comunicação (AMENGUAL, 1994).

Segundo o Manual de Acessibilidade da ABNT (2004), estes obstáculos podem ser descritos como:

- Escadas sem corrimão e sem contraste de cores entre os degraus;
- Ausência de banheiros adaptados para cadeirantes;
- Ausência de rampas de acesso para cadeirantes;
- A falta de manutenção de ruas e calçadas, bueiros sem tampa ou grades de proteção;
- Salas de aula, teatros, anfiteatros e ginásios sem vagas ou espaços nos corredores entre as poltronas, carteiras, arquibancadas para cadeiras de rodas;
- Desníveis ou elevações nas portas que sejam superiores que 5 cm;
- Corredores e portas muito estreitos com dimensões menores que 85 cm, catracas sem porta alternativa;
- Portas emperradas e com maçanetas roliças ao invés do tipo alavanca;
- Banheiros sem identificação escrita, ao invés de símbolo que designem o gênero (para identificação dos analfabetos) e em relevo (para deficientes visuais);
- Falta de abrigos para sol e chuva nos pontos de ônibus;
- Ônibus sem elevador para pessoas com deficiência.

Este estudo tem por objetivo identificar todas as dificuldades enfrentadas por uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida ao entrar em um local de ensino publico, determinou assim uma analise completa e cuidadosa de toda a área externa e interna. A pesquisa será feita através de visitas no local da pesquisa, que consta de uma escola pública, espaço em que está sendo trabalhada com o Programa Institucional de Bolsa à Iniciação a Docência (PIBID) de Educação Física, a fim de observar a realidade que o estabelecimento se encontra, irá identificar todos os locais que estão dentro e fora dos padrões da NBR 9050/04.

Espera-se que as observações feitas identifiquem se o estabelecimento está acessível, bem como se existem pontos com dificuldades de acesso. Ressalta-se que é necessário promover mudanças para garantir que o local não apresente dificuldades de acesso, pois percebe-se que existem adaptações a serem feitas para favorecer as crianças com deficiência física em relação à acessibilidade, a realidade é que muitas escolas brasileiras ainda apresentam obstáculos à inclusão. Neste contexto são várias as barreiras encontradas e estas acabam dificultando o acesso e até mesmo a permanência destas crianças no espaço escolar.

O papel do professor também é fundamental, devendo ser capaz de identificar as necessidades da sala de aula e as peculiaridades de cada grupo. Esta é uma dificuldade real daqueles que trabalham com a inclusão, pois é um cuidado que se deve ter ao valorizar as diferenças.

Sabemos que a inclusão embora garantida por lei, não se concretiza por si só. Para se tornar uma prática real, a inclusão depende da disponibilidade interna dos que estão envolvidos, inclusive da família que constitui uma instituição de extrema importância na formação e educação destas crianças.

É preciso que preconceitos sejam superados, pelas escolas e famílias, assim conseguiremos uma sociedade mais inclusiva. Para que assim seja, ainda há muito que se construir, são passos importantes na consciência e respeito à diversidade.

Palavras-chave: Acessibilidade; dificuldade, pessoa com deficiência; inclusão.

Referências:

AMEGUAL, Clotilde. **Barreiras Arquitetônicas.** Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico (6. 1994, Rio de Janeiro). Anais do VI SIAMF Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico, Rio de Janeiro, 8 a 10 de junho de 1994. E, Anais do Curso Básico sobre Acessibilidade ao Meio Físico, Rio de Janeiro, 6 e 7 de junho de 1994. – Brasília: CORDE, 1995. 214 p.

ABNT NBR9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Associação Brasileira de Normas Técnicas; ABNT, 2004.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial:** programa de estimulação precoce, uma introdução as ideias de Feuerstein, 2. ed, Porto Alegre: Metrópole, 1995.

GODINHO, Francisco. Conceito de Acessibilidade. Disponível em: <http://www.crea-go.org.br/site/acessibilidade/>. Acesso em 02 outubro 2014.